

**A EXPERIÊNCIA DE CRIAÇÃO DA LIGA ACADÊMICA DE  
PSICOLOGIA JURÍDICA DA UNIVASF (LAPJU)**

**THE EXPERIENCE OF CREATING THE UNIVASF LEGAL  
PSYCHOLOGY ACADEMIC LEAGUE (LAPJU)**

**LA EXPERIENCIA DE CREAR LA LIGA ACADÉMICA DE LA  
PSICOLOGÍA JURÍDICA UNIVASF (LAPJU)**

Amanda Moura Carvalho<sup>1</sup>  
Tamires de Lima Sousa Santos<sup>1</sup>  
Camilla Kelly Rodrigues dos Santos<sup>1</sup>  
Miriam Vitória Fernandes Tavares<sup>1</sup>

**RESUMO**

Atualmente não são todos os cursos de Psicologia que possuem discussões que englobam a Psicologia Jurídica, dentro desse cenário, as Ligas Acadêmicas (LA) surgem enquanto possibilidade de abordar o conteúdo e proporcionar o contato com o campo de atuação. Com isso, o presente trabalho tem como objetivo relatar acerca da experiência de criação da Liga Acadêmica de Psicologia Jurídica da UNIVASF, se valendo do método qualitativo de cunho descritivo-exploratório do tipo relato de experiência. A liga foi criada no segundo semestre de 2018, desse modo os resultados aqui apresentados equivalem ao primeiro ano de atividades da LAPJU. As atividades até então realizadas envolve reuniões para criação da LA, a seleção de ligantes, aulas abertas, workshops e realização de práticas extensionistas, como o grupo interventivo na Cadeia Feminina de Petrolina-PE. Desse modo, o que se pôde vivenciar até então se mostrou satisfatório, ao se levar em consideração os feedbacks dos participantes das atividades, além do retorno dos ligantes.

**Palavras-chave:** Psicologia Jurídica; Liga Acadêmica; Estudantes de Psicologia; Profissional de Psicologia.

**ABSTRACT**

Currently, not all Psychology courses have discussions involving Legal Psychology, within this scenario, as Academic Leagues (LA) emerge as a possibility to address the content and display contact with the field. Thus, the present work aims to report on the experience of creating the

---

<sup>1</sup> Estudantes de graduação de Psicologia na Universidade Federal do Vale do São Francisco. E-mail para contato: [amand\\_m06@hotmail.com](mailto:amand_m06@hotmail.com).

Academic League of Legal Psychology of UNIVASF, evaluating the qualitative method of descriptive-exploratory nature of the type of experience report. The league was created in the second half of 2018, so the results presented here are equivalent to the first year of LAPJU's activities. The activities until then involve meetings to create LA, a selection of binders, open classes, workshops and conducting extension practices, such as the intervention group in the Women's Chain of Petrolina-PE. Thus, what you can experience so far is satisfactory, taking into account the feedback from participants in the activities, in addition to the feedback from participants.

**Keywords:** Juridical Psychology; Academic League; Psychology Students; Psychology Professional.

### RESUMEN

Atualmente, no todos los cursos de Psicología tienen discusiones relacionadas con la Psicología Legal, dentro de este escenario, ya que las Ligas Académicas (LA) emergen como una posibilidad para abordar el contenido y mostrar contacto con el campo. Por lo tanto, este artículo tiene como objetivo informar sobre la experiencia de crear la Liga Académica de Psicología Legal de UNIVASF, evaluando el método cualitativo de naturaleza descriptiva-exploratoria del tipo de informe de experiencia. La liga se creó en la segunda mitad de 2018, por lo que los resultados presentados aquí son equivalentes al primer año de actividades de LAPJU. Las actividades hasta entonces incluyen reuniones para crear LA, una selección de carpetas, clases abiertas, talleres y prácticas de extensión, como el grupo de intervención en la Cadena de Mujeres de Petrolina-PE. Por lo tanto, lo que puede experimentar hasta ahora es satisfactorio, teniendo en cuenta los comentarios de los participantes en las actividades, además de los comentarios de los participantes.

**Palabras clave:** Psicología Legal; Liga Académica; Estudiantes de Psicología; Profesional de Psicología.

### INTRODUÇÃO

A Psicologia tem sua chegada no Brasil datada na década de 1960, desde então o desenvolvimento de suas mais diversas áreas se deram em todo o território brasileiro, em que vale ressaltar o enfoque na clínica tradicional. Contudo, para além da clínica, outras áreas surgem como possibilidades de atuação do profissional de psicologia, se mostrando enquanto campos em que há necessidade da presença de tal profissional. Dentre essas áreas, têm-se a psicologia jurídica enquanto área ainda considerada emergente nos dias atuais.

Lago *et al.* (2009) trazem que a história da atuação dos psicólogos brasileiros na área da Psicologia Jurídica teve seu início juntamente com o reconhecimento da profissão na década de 1960, e que tal inserção se deu de forma gradual e lenta, sendo por vezes de maneira informal a partir de trabalho voluntários. No que tange à área acadêmica, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro foi a pioneira em relação à Psicologia Jurídica, sendo criada, em 1980, uma área de concentração dentro do curso de especialização em Psicologia Clínica (LAGO *et al.*, 2009).

No tocante às atribuições do profissional de Psicologia, o CFP traz que:

Atua no âmbito da Justiça nas instituições governamentais e não-governamentais, colaborando no planejamento e execução de políticas de cidadania, direitos humanos e prevenção da violência. Para tanto, sua atuação é centrada na orientação do dado psicológico repassado não só para os juristas como também aos sujeitos que carecem de tal intervenção. Contribui para a formulação, revisões e interpretação das leis (CFP, 1992, s/p).

Em relação aos campos de atuação dentro da Psicologia Jurídica, Lago *et al.* (2009) trazem que este profissional poderá estar atuando no que concerne à psicologia jurídica e o direito da família a partir da participação nos processos de separação e divórcio, regulamentação de visitas e disputa de guarda. No tocante à Psicologia Jurídica e o direito da criança e do adolescente, este profissional pode atuar nos processos de adoção, destituição do poder da família e ainda com adolescentes autores de atos infracionais. Na área do direito civil, o profissional de psicologia trabalha em casos de danos psíquicos e de interdição judicial. Em relação à atuação no campo do direito penal, o psicólogo pode vir a ser solicitado enquanto perito. Outras áreas como o Direito do Trabalho, a Vitimologia e ainda a Psicologia do Testemunho se mostram como outros campos de atuação para esse profissional. Para além disso, o CFP (1992) traz no detalhamento das atribuições que este profissional é responsável pela realização de pesquisas visando a construção e ampliação do conhecimento psicológico aplicado ao campo do Direito.

Conforme Lago *et al.* (2009) apontam, na atualidade não são todos os cursos de psicologia que ofertam a disciplina de Psicologia Jurídica e, quando o fazem, comumente é

através de uma matéria optativa e com pequena carga horária. Daí, levando-se em conta a grade curricular do curso de Psicologia da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), algumas disciplinas como Políticas Públicas, Processos Psicossociais I e II, e Temas atuais em Psicologia da Saúde abordam temáticas transversais à Psicologia Jurídica, contudo não há nenhuma disciplina curricular ou optativa voltada especificamente à área. Desse modo, a criação da Liga Acadêmica de Psicologia Jurídica (LAPJU) surge enquanto meio de contato com a área em questão.

Souza, Noguchi e Alvares (2019) trazem que uma liga acadêmica se trata de uma organização estudantil ou entidade que não apresenta fins lucrativos, sendo constituída e administrada por alunos de diferentes anos de graduação, os quais são supervisionados por profissionais/professores vinculados à Instituição de Ensino Superior. Desse modo, os membros realizam e participam de atividades que perpassam o tripé ensino, pesquisa e extensão.

Silva (2018), ao citar Torres *et al.* (2008), traz que as ligas propiciam espaços nos quais o aluno pode atuar junto à comunidade como agente de promoção à saúde e transformação social, ampliando o objeto da prática, o que permite ao aluno não só o desenvolvimento científico, como também o exercício da cidadania e promoção de saúde. Magalhães, Rechtman e Barreto (2015), apontam que a área de saúde tem a tradição das LAs, com destaque a Medicina devido ter sido a pioneira nesse modo de organização estudantil. Souza, Noguchi e Alvares (2019) citam Magalhães *et al.* (2015), ao dizerem que as ligas acadêmicas dentro dos cursos de Psicologia são muito escassas, e que acontecimentos que corroboram a afirmativa referem-se ao fato do número escasso de artigos que retratam ligas acadêmicas.

Desse modo, o presente estudo tem por objetivo relatar a experiência da criação da Liga Acadêmica de Psicologia Jurídica da UNIVASF (LAPJU). Além disso, busca ainda demonstrar as práticas e temáticas realizadas até então por esta liga, para isso, valeu-se do método qualitativo de cunho exploratório-descritivo do tipo relato de experiência.

## METODOLOGIA

As atividades de criação, implementação e difusão da LAPJU se deram no contexto da UNIVASF, campus Petrolina-PE, no período temporal do segundo semestre de 2018 ao segundo semestre de 2019, totalizando um ano de ações iniciais desta iniciativa estudantil. Desta maneira, o primeiro ano da LAPJU pode ser dividido em duas fases, sendo a primeira relacionada à revisão de literatura realizada pelos membros fundadores, construção de documentos da Liga, bem como preparação e realização de processo seletivo. A segunda fase consistiu na atuação prática dos ligantes em diversas frentes dentro da LAPJU.

Foram realizadas reuniões iniciais com os membros fundadores da LAPJU, objetivando construir o projeto a ser submetido à Pró-Reitoria de Extensão da UNIVASF, bem como o Estatuto desta Liga. Outro procedimento realizado inicialmente foi a divisão em diretorias, configurando-se da seguinte forma.

**Quadro 1.** Divisão das diretorias.

<b>Presidência</b>	<b>Vice Presidência</b>	<b>Diretoria Científica</b>	<b>Diretoria de Extensão</b>	<b>Secretaria</b>	<b>Diretoria Financeira</b>	<b>Diretoria de Comunicação</b>
--------------------	-----------------------------	---------------------------------	--------------------------------------	-------------------	---------------------------------	-------------------------------------

O processo seletivo, realizado em maio de 2019, teve as seguintes etapas: inscrição dos estudantes do curso de Psicologia da UNIVASF mediante preenchimento de questionário no *GoogleForms*, sendo pré-requisito a aprovação nas disciplinas “Processos Psicossociais I” e “Leitura, Técnica, Elaboração e Análise de textos científicos”. Os inscritos participaram de uma dinâmica grupal, que visava avaliar nos candidatos algumas habilidades consideradas importantes para se trabalhar em equipe. Pode-se citar alguns exemplos, como: cooperação, organização, flexibilidade cognitiva, empatia e administração de conflitos. Posteriormente, os candidatos apresentaram individualmente artigos acadêmicos, os quais poderiam ser de qualquer temática relacionada à Psicologia Jurídica. A avaliação das apresentações de artigos foi realizada por membros discentes fundadores da LAPJU e por um professor colaborador de instituição externa. Essa etapa visou conhecer o domínio teórico e a habilidade de comunicação científica dos avaliandos.

Após o processo seletivo, os estudantes aprovados foram alocados em diretorias de seu interesse, formando o total de 16 ligantes. A partir de então, foram realizadas reuniões quinzenais de discussões de textos mediadas pelos próprios estudantes vinculados à LAPJU, com temáticas relacionadas à Psicologia Jurídica, como pode ser observado nas tabelas 1 e 2. Além disso, outra atividade configurada para atingir todos os ligantes foram as aulas abertas, engajando-os a outros estudantes da comunidade interna da UNIVASF, bem como a membros da comunidade externa.

**Tabela 1.** Quadro de primeiras temáticas discutidas pelos membros da LAPJU.

A Formação Profissional no Âmbito da Psicologia Jurídica.
A Psicologia Judiciária está contida na Psicologia Forense que está contida na Psicologia Jurídica.
Trabalho Infantil: aspectos sociais, históricos e legais.
O psicólogo no sistema prisional: Psicologia Forense e Psicologia Judiciária.
Perícia Psicológica Judiciária.
O psicólogo nas Varas de Infância e de Juventude: Psicologia Judiciária.
O psicólogo nas Varas de Família e Sucessões: Psicologia Judiciária e Psicologia Forense.

**Tabela 2.** Temáticas discutidas no segundo semestre de 2019.

Psicologia Jurídica e Violência contra a pessoa idosa.
Sistema Socioeducativo Brasileiro e a Redução da Maioridade Penal.
Psicologia Jurídica e violência nos relacionamentos.
Abuso sexual infantil: Estratégias de atuação.
Adoção: o que um psicólogo jurídico precisa saber?

Cada diretoria da LAPJU, assim como os cargos de presidência, vice presidência e secretaria, foram configurados para realizar atribuições específicas, sendo estas direcionadas pelo Estatuto da referida liga. Além de reuniões em ambiente da UNIVASF, as discussões gerais, e em subgrupos, também ocorreram em ambiente virtual, como aplicativos de mensagens. Esse último, inclusive, foi utilizado para entrar em contato com os colaboradores que realizaram, no decorrer deste ano, as aulas abertas.

As aulas abertas, assim como o *workshop* “Perícia Criminal ao alcance de todos”, ocorreram em espaços da própria UNIVASF, os quais comportavam em média 80 pessoas. Tais eventos tiveram como duração máxima 4h e foram mediados por diversos colaboradores, formando assim nosso compromisso com parcerias interinstitucionais, dentre eles: um professor da UNIVASF, organizador de dois livros sobre Psicologia Jurídica, "Psicologia Jurídica: ensaios sobre a violência", publicado em 2012, e "Psicologia Jurídica: Diálogos Interdisciplinares", lançado em 2018; um psicólogo da Vara da Infância de Petrolina-PE; um juiz federal de Petrolina-PE, mestre em Psicologia Cognitiva; uma psicóloga perita criminal, egressa da UNIVASF, vinculada ao Instituto Técnico Científico de Perícia do Rio Grande do Norte; e uma professora da Universidade de Pernambuco, com produção científica que envolve a socioeducação de adolescentes.

Os membros da LAPJU também participaram de uma aula da disciplina de Desenvolvimento Humano II, do próprio curso de Psicologia da UNIVASF, fazendo um diálogo sobre violência contra a pessoa idosa. Ademais, espaços externos contaram com atividades dos ligantes, a exemplo de escolas da região de Petrolina-PE, com o debate sobre o abuso sexual infantil, e a Cadeia Pública Feminina de Petrolina, onde foram realizadas oficinas relacionadas ao autocuidado.

## **RESULTADOS**

A realização do processo seletivo da LAPJU resultou na integração de novos membros, o que possibilitou o melhor andamento das atividades propostas pela liga, desde as mediações internas às organizações dos eventos para comunidade externa, propiciando, como traz Monteiro *et al.* (2008), uma vivência mais próxima do campo de atuação em questão, melhora nas habilidades para apresentação de trabalhos em público, aprendizado da organização de eventos, realização de contatos com profissionais atuantes na área da psicologia jurídica, etc.

Nesse sentido, a realização das aulas abertas, bem como do *workshop*, resultaram na maior disseminação dos conhecimentos relativos à interface entre psicologia e direito,

incentivando o interesse não só entre os/as ligantes, visto que a área é pouco explorada na grade curricular de Psicologia na UNIVASF, como também no público externo à UNIVASF. Mediante a avaliação de feedback, via *GoogleForms*, após a realização dos eventos organizados pela LAPJU, observou-se que, além de profissionais de Psicologia, profissionais de outras áreas e estudantes da própria UNIVASF, foram alcançados públicos como os da: Faculdade de Tecnologia e Ciências de Pernambuco (FTC), Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Faculdade Maurício de Nassau (UNINASSAU), sendo os participantes majoritariamente estudantes de Psicologia.

Outrossim, comentários realizados na avaliação de feedback como: “O meu interesse pela área aumentou. Com esse conteúdo pude ter noção de como é o trabalho de uma psicóloga da área.”, “Mostrou uma área da Psicologia que eu não tive nenhum contato ao decorrer do curso, me inspirou de maneira positiva.”, “Ampliou o conhecimento acerca da temática e instigou o desejo de pesquisar mais sobre o tema. Embora eu já tivesse ouvido algo sobre falsas memórias, nunca tinha me interessado em aprofundar o conhecimento.”, dentre outros. Em contrapartida, foram apontadas como dificuldades: a falta de pontualidade para início dos eventos, a falta de divulgação e o horário prolongado de algumas atividades.

Ademais, foi realizado no período de 02/10/19 à 11/12/19 atividades de extensão na Penitenciária Feminina de Petrolina-PE, onde foi efetuado um grupo interventivo com as mulheres em detenção, a fim de promover a reinserção social, o empoderamento feminino e o fortalecimento de vínculos entre as mesmas, além de também visar a promoção de saúde mental. No decorrer dos encontros, foram trabalhados temas como a condição de ser mulher na situação de cárcere, as relações familiares, as relações com os agentes penitenciários, com a instituição e as relações intergrupais dentro do presídio, assim como espiritualidade, prospecção de futuro. Para tanto, foram realizados o total de 6 encontros, os quais aconteceram às quartas-feiras, de 18h30 às 20h. O grupo criado teve em média a participação de 20 mulheres por encontro.



## DISCUSSÃO

O termo atividade extracurricular é utilizado para definir as práticas estudantis que não são obrigatórias, porém ocorrem sob responsabilidade da instituição a qual os alunos estão vinculados e devem constar no currículo acadêmico da graduação dos estudantes (Peres, Andrade e Garcia, 2007). Seriam, portanto, experiências oriundas do desejo e procura do aluno em vivenciá-las, como a participação em grupos de estudo, grupos de extensão/pesquisa, estágios não obrigatórios, centros ou diretórios acadêmicos, empresas juniores e ligas acadêmicas.

Diversos estudos têm sido feitos para compreender os impactos nos estudantes que se engajam nas atividades extracurriculares. São citados por Oliveira, Santos e Dias (2016), os estudos de Baker (2008), Tavares (2012), Fior e Mercuri (2009), Busseri *et al.* (2010) que encontraram em suas pesquisas que os alunos apresentam mais qualidade na vida universitária, a saber alguns - melhor rendimento acadêmico, menor pretensão de evasão, mais habilidades interpessoais e de estudo, melhor bem estar físico e psicológico, maior satisfação com o curso e com a instituição.

A oportunidade de participar em atividades complementares também está associado a autoeficácia profissional - ou seja, a percepção da própria atuação na área de atuação - ao comprometimento e a satisfação com a profissão escolhida (BARDAGI; BOFF, 2010, *apud* OLIVEIRA; SANTOS; DIAS, 2016). Devido a aproximação durante a graduação com a profissão, é possível desenvolver as habilidades necessárias para a atuação, além de incluir o aluno na área que se identifica e com isso ao concluir o curso já terá conhecimento específico do âmbito de atuação que considera mais conveniente para si ou até mesmo já estará inserido no setor, ou talvez construído uma rede de conhecimento pertinente.

Enquanto que Hu e Wolniak (2010) e Stevenson e Cleqq (2011) também observaram que esse envolvimento dos alunos proporciona maior chances de empregabilidade, tendo em vista que essas atividades proporcionam maior conhecimento, mais experiência e são um indicativo de proatividade, qualidade esperada dos funcionários. Além disso, podem ser

indicativos de aumento de salário após a inserção no mercado de trabalho, devido a valorização da comprovação de experiências no currículo (OLIVEIRA; SANTOS; DIAS, 2016).

Algumas causas pelo aumento na participação de atividades extracurriculares são a necessidade de ampliação de obtenção dos conhecimentos técnicos e possibilidade de ter novas experiências, além da necessidade de conhecer o campo de atuação profissional almejado, muitas vezes à procura do sentimento de identificação com a área e, em alguns casos, por ofertar benefícios financeiros (PERES; ANDRADE; GARCIA, 2007). Devido ao cenário da UNIVASF, onde temas relacionados a Psicologia Jurídica são vistos de forma incipiente, um grupo de alunos(as) interessados em conhecer a área se propuseram a criar a LAPJU, na qual deveriam estudar à respeito, assim como, divulgar conteúdos pertinentes e oferecer serviços, com ética, em ambientes que a Psicologia tenha aproximação com o Direito, como em fóruns, penitenciárias, instituições destinadas para cumprimento de atos infracionais, entre outros.

De acordo com Peres, Andrade e Garcia (2007), as disciplinas que compõem as grades curriculares de cada curso fornecem o material básico para a aprendizagem de conteúdos relevantes para a prática profissional, as ligas acadêmicas propõem organizar os conteúdos importantes para uma área ou tema específico, inclusive, podendo reunir vários cursos em um mesmo grupo, a fim de ampliar a compreensão dos temas nas reuniões internas. A LAPJU, por tratar especificamente de temáticas técnicas da Psicologia Jurídica, não dispõe vagas para membros de outros cursos, contudo, nos eventos realizados estiveram presentes estudantes de outros cursos de graduação da própria UNIVASF e de outras instituições da cidade.

As LAs exigem um docente responsável, que atua como orientador, mas não participa de todas as atividades, ou seja, os(as) estudantes têm maior autonomia no planejamento e execução no dinamismo da liga. Para tanto, é preciso lembrar do fluxo universitário contínuo e da carência da realização periódica de processos seletivos para manter o funcionamento das LAs. A LAPJU optou por fazer anualmente com várias vagas para novos membros, que são chamados de ligantes, para que ocupem as diretorias e consigam manter o funcionamento pleno à medida que semestralmente são encerrados ciclos de estudo sobre determinado tema.

Considerando que as LAs são responsáveis por desenvolver a prática de estudos com os ligantes, palestras e eventos em geral, devem também participar de campanhas municipais e também atuar junto à comunidade (PERES; ANDRADE; GARCIA, 2007). A LAPJU durante o seu primeiro semestre de criação, através de encontros quinzenais, desenvolveu reuniões de estudo sobre a Psicologia Jurídica em si, a história de criação da terminologia, os princípios da prática profissional e exemplos de atuação. Já no segundo semestre, o ciclo de estudos englobou a Psicologia Jurídica e questões da Infância e Juventude, discutindo temas como Trabalho Infantil, Adoção, Redução da maioridade penal, por exemplo.

Para a discussão desses temas são indicados um artigo científico para que todos os ligantes leiam, e algumas pessoas ficam responsáveis pela exposição do conteúdo, que devem adicionar outros textos, vídeos e esquemas visuais para facilitar a assimilação do conteúdo e assim gerar a discussão. Em todas as reuniões de estudo, buscou-se aproximar a Psicologia e o Direito, por meio da visualização de leis e códigos que regem o público-alvo do tema discutido e várias concepções sobre o homem que a Psicologia dispõe. Portanto, ao estudar temas da Psicologia Jurídica de forma abrangente é perceptível a tentativa de compensação da LAPJU em suprir a ausência de uma disciplina específica na UNIVASF.

Em relação às informações coletadas dos eventos realizados pela LAPJU, foi possível observar integração entre os cursos de Psicologia da região, o que demonstra a importância da liga na UNIVASF que além de ser inovadora na região desempenha papel importante de partilha de conhecimentos. Também é possível perceber que os temas trazidos foram pertinentes para a Psicologia e que de alguma maneira a liga tem conseguido complementar a formação que não dispõe de uma disciplina obrigatória para Psicologia Jurídica, mas que ainda é preciso rever a execução desses eventos para torná-los mais agradáveis aos participantes, como por exemplo sendo mais pontuais, para evitar situações como a evasão dos eventos por extrapolar o horário anteriormente divulgado por razões pessoais dos presentes.

Devido à dificuldade de inserção nos locais de atuação, apenas no segundo semestre foi iniciada a realização de oficinas por ligantes na cadeia pública feminina, no intuito de realizar

práticas de autocuidado e promoção de saúde com as detentas. Nesse caso é preciso lembrar que as pessoas privadas de liberdade também possuem direitos, inclusive ao acesso à saúde de qualidade. A prática psicológica pode inserir nesse espaço não somente para a produção de exames criminológicos, mas também em uma perspectiva de redução de danos dos efeitos do encarceramento. Ao utilizar recursos como a arte (música, literatura, pinturas, artesanato, entre outros) é possível estimular a criatividade, relações interpessoais saudáveis e contato com a subjetividade e singularidade pessoal necessários para a sobrevivência no espaço que estão inseridas (NASCIMENTO; BANDEIRA, 2018).

Ademais, se faz presente a dificuldade de adequação da carga horária obrigatória do curso na UNIVASF, que é integral, com o horário disponível dos campos disponíveis para desenvolver projetos de extensão da LAPJU. Isso também impacta nas atividades da liga voltadas a pesquisa, que apenas no segundo semestre deu início a escrita científica, a mesma também enfrenta dificuldades de falta de incentivo pela própria situação orçamentária das universidades.

Houve a realização de uma oficina para os ligantes sobre pesquisa científica com especialista, o que disseminou o interesse nos ligantes para além da participação em banner na semana científica da universidade, pois a partir dela começaram a ser feitos artigos relacionados a Psicologia Jurídica, como por exemplo uma revisão sistemática sobre adoção tardia, o que impulsiona a produção científica na região que ainda é ínfima no que diz respeito a aproximações da Psicologia e o Direito.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Liga Acadêmica de Psicologia Jurídica foi responsável pela gênese de discussões mais aprofundadas na UNIVASF a respeito dessa área de atuação psicológica. Por não ser contemplada com disciplina obrigatória ou optativa no curso de Psicologia, questões como o papel do psicólogo perito, psicologia na vara da infância, atuação de psicólogo nos presídios ou na socioeducação, etc., não são debatidas com os discentes. A LAPJU, desta maneira, pôde

ofertar discussões que contribuíram para uma base mínima de formação dos alunos que visam atuar em campo jurídico.

Os pilares de ensino e extensão foram os mais contemplados nos primeiros meses de atuação da LAPJU, por meio de aulas abertas, palestras, discussões temáticas internas, workshop, dentre outros. Além disso, para além do conhecimento teórico, os estudantes vinculados às diretorias da LAPJU, assim como aos cargos de secretaria e presidência, desenvolveram habilidades específicas, como o de trabalhar em grupo, coordenar equipes, planejar e avaliar atividades realizadas, dentre outros, o que pode ter contribuído para a construção de autonomia e autoeficácia dos estudantes vinculados diretamente a esta Liga Acadêmica.

Percebeu-se que, ao contrário dos pilares de ensino e extensão, o primeiro ano de Liga Acadêmica deu passos mais curtos com relação à pesquisa, devido aos discentes ainda estarem se aproximando do campo. Desta maneira, acredita-se que com o passar dos semestres, e maior aproximação com as temáticas, estudos quantitativos serão realizados, contribuindo com esta área que ainda possui poucos resultados de pesquisa no Brasil.

## REFERÊNCIAS

- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Atribuições Profissionais do Psicólogo no Brasil.** Contribuição do Conselho Federal de Psicologia ao Ministério do Trabalho para integrar o catálogo brasileiro de ocupações, 1992. Disponível em: [http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/atr\\_prof\\_psicologo.pdf](http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/atr_prof_psicologo.pdf) Acesso em: 21 fev. 2020.
- LAGO, V. M.; AMATO, P.; TEIXEIRA, P. A.; ROVINSKI, S. L. R.; BANDEIRA, D. R. Um breve histórico da psicologia jurídica no Brasil e seus campos de atuação. **Estudos de Psicologia**, Campinas, p. 483-491, 2009.
- MAGALHÃES, E. P.; RECHTMAN, R.; BARRETO, V. A liga acadêmica como ferramenta da formação em Psicologia: experiência da LAPES. **Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, v. 19, n. 1, p. 135-141, 2015.

MONTEIRO, L. L. F.; CUNHA, M. S.; OLIVEIRA, W. L.; BANDEIRA, N. G.; MENEZES, J. V. **Ligas acadêmicas: o que há de positivo? Experiência de implantação da Liga Acadêmica Baiana de Cirurgia Plástica.** Revista Brasileira de Cirurgia Plástica, v. 23, n.3, 158-161, 2008.

NASCIMENTO, L. G.; BANDEIRA, M. M. B. Saúde Penitenciária, Promoção de Saúde e Redução de Danos do Encarceramento: Desafios para a Prática do Psicólogo no Sistema Prisional. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 38, n. 2, p. 102-116, 2018.

OLIVEIRA, C. T.; SANTOS, A. S.; DIAS, A. C. G. Percepções de Estudantes Universitários sobre a Realização de Atividades Extracurriculares na Graduação. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 36, n. 4, p. 864-876, 2016.

PERES, C. M.; ANDRADE, A. S.; GARCIA, S. B. Atividades extracurriculares: multiplicidade e diferenciação necessárias ao currículo. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 31, n. 3, p. 203-211, 2007.

SILVA, L. E. **As ligas acadêmicas e suas repercussões na formação profissional.** 2018. 33f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Enfermagem) - Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2018.

SOUZA, L. S.; NOGUCHI, C. S.; ALVARES, L. B. Uma nova possibilidade de construção do conhecimento em psicologia. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, v. 10, n. 1, p. 237-251, 2019.

**Artigo recebido em** 24 de junho de 2020.

**Artigo aprovado em** 15 de dezembro de 2021.